

OS VALORES E O VALOR DA MOEDA: HIPÓTESES SOBRE A COMENSURABILIDADE E A MONETARIZAÇÃO DO IMPACTO DE PROJETOS SOCIAIS

Eloisa H. de S. Cabral (FAAP)¹
Paulo de T. Muzy (FAAP)²

Resumo

A experiência de monetarizar impactos de projetos sociais implica a consideração dos valores humanos e dos resultados relevantes para esses projetos. A expressão monetária sintetiza manifestações, condensa informações e permite comparações, porém requer cautela para não induzir simplificações estranhas à natureza das organizações que os desenvolvem e pode tornar-se instrumento avaliativo, ao lado de outros, útil para a interpretação e comunicação dos benefícios. O esclarecimento das hipóteses subjacentes à monetarização permite superar a fungibilidade da moeda, estabelecendo diálogo com estudos da sociologia econômica que indicam que os significados sociais da moeda devem ser investigados nos circuitos de troca onde ela comparece associada a valores atribuídos às sociabilidades desses circuitos. Apresentamos os resultados da avaliação e monetarização de impacto de um projeto de proteção de menores em risco social em Belo Horizonte (MG), para ilustrar os raciocínios e as hipóteses de monetarização, as quais podem ser classificadas em dois grupos: hipóteses experimentais, que tratam da apuração dos custos sociais, e dos padrões institucionais; e hipóteses de interpretação, que tratam da comensurabilidade dos indicadores de fato e de valor, e do significado social do valor dos bens. Três fatores compõem a monetarização: o índice de impacto, que agrega indicadores de fatos e valores; o valor referencial monetário do impacto; e o padrão numérico de escala a ser alcançado. Identificamos três circuitos de troca do valor monetarizado: da organização, onde ele circula como moeda, mas reflete a natureza híbrida das organizações, associando fatos e valores; dos doadores, onde ele circula como moeda e como expectativa, significando o campo das possibilidades de realização, doação; responsabilidade social; e dos beneficiários, onde ele circula somente como valor e atitudes. A interpretação dos resultados monetarizados sugere a atribuição de novos significados simbólicos que valorizam os objetivos dos projetos investigados nas avaliações.

Palavras-chave: Valores; Avaliação de Impacto; Monetarização; Moeda; Organizações Sociais.

Introdução: O Mito e a Moeda

Durante o verão do ano de 2011, o parlamento grego e as praças de Atenas forjavam acordos e dissensos acerca do valor da sua moeda e do futuro da Grécia como integrante da Europa, expondo, em uma batalha da globalização, a unidade europeia e a sociedade grega, no mundo, na mídia e nos mercados. Nessa Termópilas virtual, onde infelizmente não parecia haver lugar

¹ elocabral@uol.com.br

² ptmuzy@uol.com.br

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

para a bravura de Leônidas ou a insistência de Xerxes, enfrentavam-se valores humanos, culturas, modelos de desenvolvimento, expectativas, interesses e capacidades mensurados por uma métrica, o Euro, padrão monetário e garantia da representação da riqueza e do seu impacto na história daqueles povos.

A alguns quarteirões da praça Syntagma, o Ágora contemporâneo daquela manifestação pública sobre a crise, uma mostra artística do acervo de moedas do Alpha Bank, era inaugurada em Iliou Metathron (Palácio de Ília-Tróia), o magnífico edifício que um dia foi a residência do arqueólogo alemão Heinrich Schliemann. Estavam expostas peças de ouro e prata, forjadas há milênios, na *Mith and Coinage Exhibition: representations, symbolism and interpretations from the greek mythology* (ALPHA BANK, 2011), que apresentava a história da moeda grega como meio de comunicação e comércio que estampava em sua face a figura de deuses e entes mitológicos ilustrando mitos e codificando mensagens sobre os valores reconhecidos pelos gregos acerca de sua explicação do universo, da natureza, da vida e da expansão do seu poder e território. Essas explicações e seus deuses são hoje fatos da história e a moeda – inerte como meio de pagamento, mas atuante como mídia do mito nas vitrines do museu – persiste como testemunha das transações mercantis e como objeto artístico. Nela, podemos descobrir, pela investigação histórica apresentada na exposição, que um *tetradracma* de prata com a figura de Zeus cunhado por Felipe II da Macedônia em 355 a.C. pagava o salário de um pedreiro por quatro dias e lembrava a onipotência e o poder absoluto do pai dos deuses e dos homens. O singelo *dióbolo* de bronze ilustrado com o perfil do guerreiro Enéas comprava menos de um litro de vinho e transmitia a saga da guerra de Troia eivada de valores morais centrais para a educação do grego.

A apreciação da *Mith and Coinage* nos relembra a pergunta de Paul Veyne (1983) – *les grecs ont-ils cru a leurs mythes?* – à qual o autor responde afirmativamente, porém com ressalvas, reconhecendo que eles os diferenciavam da verdade histórica e da realidade da natureza, como narrativas imaginárias que ordenavam simbolicamente o mundo e que coexistiam com a história vivida de modo não contraditório, mas ilustrativo. Assim, a associação do mito e da moeda aproximava métricas e indicava determinada tangibilidade ao mito, permitindo cogitar que a pergunta de Veyne poderia ser relida como: Qual o valor atribuído ao mito? Com certeza, os gregos valorizavam os seus mitos também como elementos de coesão social e representação ideológica e nós ainda hoje refletimos sobre esses valores transmitidos e valem-nos de suas representações para evocar nossas atitudes e valores. Os mitos transmitiam o que, modernamente, designamos por valores, ou crenças e princípios arranjados e comunicados na forma mitológica que a cultura grega escolhera, induzindo comportamentos e modulando o significado das ações.

O debate contemporâneo na praça, no mercado, ou na mídia, acerca da crise grega, envolve decisões urgentes e consequências imprecisas, perdas estimáveis e perspectivas de vida. Fundamentalmente, envolve fatos e valores que coabitam a racionalidade, ambos observáveis em termos de alternativas e escolhas que as sociedades globalizadas devem exercer a partir de informações e significados. Semelhantemente, os gregos antigos expressaram esses fatos e valores no seu invólucro cultural, nas duas faces de suas moedas, antepondo mitos e dinheiro como expressões complementares da vida social. A pergunta de Veyne pode nos orientar sobre nossas crenças no progresso econômico e na nossa capacidade de associá-lo ao desenvolvimento humano.

Entre os dilemas contemporâneos, persiste a questão do risco da fratura social, global e localmente. O meio ambiente, as diferenças de gênero, a desigualdade social, o radicalismo religioso, o terrorismo, a assimetria na educação, no trabalho, na técnica e no conhecimento, além das variadas manifestações do preconceito, são faces da modernidade para as quais esco-



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

lhemos representações contemporâneas em termos de estágios alcançáveis de sustentabilidade, confiança, tolerância, solidariedade, cooperação, e equidade, como valores humanos que emanam do exercício da vida democrática. O objetivo deste artigo é refletir acerca do valor social dos riscos que assumimos e do benefício de superá-los. Consideramos que ambos podem ser quantificados, inclusive monetariamente, para estimar as possibilidades e capacidades de enfrentá-los e comunicá-los como faces da nova concepção da moeda que nos fornece a disciplina da sociologia econômica. Como exemplo, nos referimos aos projetos das organizações sociais de interesse público, os quais se distinguem por pretenderem disseminar valores humanos e atingir resultados que afastem seus beneficiários das várias formas do risco.

II. As duas faces da moeda: fato e valor na avaliação

O problema da monetarização, ou da expressão monetária, do impacto causado por projetos sociais, pode ser atacado em duas perspectivas:

1. A monetarização do impacto pode representar a redução dos valores humanos relevantes para os projetos a simples expressões imediatas de valor monetário, ou,
2. A monetarização pode permitir a identificação de fatos e valores constitutivos do objeto avaliado, ampliando o significado do valor monetário do impacto.

A primeira alternativa sugere que identifiquemos o valor econômico de um objeto comparando-o com padrões, ou tratando-o como um bem mercantil. Ele parte, metodologicamente, do valor econômico identificado em direção ao objeto avaliado que incorporará aquele valor. A segunda alternativa sugere que encontremos métricas que expressem os valores associados a esse objeto, ampliando os significados, inclusive mercantis, e metodologicamente parte das relações sociais nas quais o objeto comparece como bem valioso e estima esse valor. Este artigo desenvolve a segunda abordagem, que poderia receber a designação de heurística, porque trata a monetarização como o instrumento experimental capaz de suscitar a explicitação e interpretação dos valores e dos fatos, também econômicos, reconhecíveis nos processos considerados valiosos em uma sociedade. A primeira perspectiva é considerada um momento metodológico, tecnicamente realizável, porém subordinado à segunda. Para tanto, é preciso reconhecer na moeda outros significados que não aqueles habitualmente apontados.

Quando expressamos o valor de um bem através de uma quantidade de moeda, valemo-nos dela, a moeda, em primeira aproximação como um referencial para a troca, para o pagamento, para a equiparação contábil, ou para a reserva de valor necessária para a obtenção futura do bem. A moeda, mesmo nessa acepção usual e imediata, representa, inclusive simbolicamente, um instrumento que permite a realização futura da posse, ou a confrontação pretérita de bens, transmitindo no tempo a informação que codifica esses bens, de acordo com valores socialmente acordados.

A disciplina da sociologia econômica, (BAKER, 1992; SMELSER e SWEDBERG, 2005; CARRUTHERS e ARIOVICH, 2010, WHITE, 2008; ZELIZER, 1994, e outros autores referidos nestas obras) examinou a moeda como instituição social, desvendando sua natureza pretensamente fungível, ou adaptável e moldável, presente no que denominamos acima primeira aproximação do conceito de moeda. Esses estudos reconheceram as raízes e determinações sociais que expandem aquelas acepções e consideram que a moeda não está isolada de relações sociais não monetárias, pois ela mesma transmite um valor acordado socialmente e adquire significados diversos com esses vínculos. Neste sentido, a moeda excede sua expressão



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

individual e abstrata como *coisa* e assume características, ou significados, para seus possuidores nas diversas relações econômicas, por exemplo, quanto à quantidade de valor que representa, a qualidade dos bens envolvidos, a finalidade das trocas, dos pagamentos ou das reservas, as identidades dos atores envolvidos nas relações econômicas, desempenhando funções e moldando relações sociais. Também em áreas correlatas são inúmeras as investigações, nesta perspectiva, acerca da moeda. Desde os clássicos Polanyi (2012) e Simmel (1978), encontramos na antropologia (CARRIER, 2005), na psicologia (LEWIS, 2008), em números especiais de periódicos (DOYLE, 1992), em artigos de revisão (FLIGSTEIN e DAUTER, 2007), ou em obras específicas, organizadas, ou coletâneas de maior abrangência (ZELIZER, 1985 e 2005; FERGUSON, 2008; PORTES, 2010; FRIEDMAN, 2008; ZAC, 2008; FLIGSTEIN, 2001; LIETAER, 2002 e 2012), entre as quais destacamos pesquisadores brasileiros (MARTES, 2009; MONDADORE, 2009; SCHWARTZ, 2000; ABRAMOVAY, 2004; VINHA, 2001), o exame da interação do mundo social e do mundo econômico e colhemos exemplos pontuais e instrutivos do que Zelizer (1994) denominou *significados sociais da moeda*. Em áreas fronteiriças da economia com o direito (POSNER, 2010; NUSDEO, 2000), da economia institucional (OSTROM, 2002; NEE, 1988; COASE, 1988; SCHUMPETER, 1909; WILLIAMSON, 1975), da história econômica (NORTH, 1977), da teoria das organizações (BEN-NER e PUTTERMAN, 1998), da sociologia da cultura (BOURDIEU, 1980) também se aprecia a estrutura da expressão monetária e sua representação social. Esses exemplos partem da concepção da moeda com um meio simbólico de comunicação (WENNERLIND, 2001; GANSSMANN, 1998) de valores e apuram sua significação na conexão com os processos sociais e econômicos específicos aos quais está gravada essa significação.

Particularmente, o exame do impacto de projetos sociais desenvolvidos por organizações de interesse público oferece um campo experimental para abordarmos a expressão de possíveis significados sociais da moeda. Nesse caso, podemos aplicar os ensinamentos da sociologia econômica sob a perspectiva de que os bens e serviços providos por essas organizações são bens públicos (CABRAL, 2006), geralmente tratados como intangíveis. Sua expressão monetária está associada a conteúdos valorativos outrora oclusos e tratados apenas como manifestações qualitativas descritivas da realidade factual do seu entorno social. Como a esses bens não está adstrito um significado econômico imediato, que possa se desdobrar em significados sociais, sua representação monetária exige um exercício de outro tipo, que parte desses significados, como hipóteses e reconstrói a significação econômica. Assim, em vez de considerar que a expressão monetária restringe o significado social mais amplo ao impor uma métrica monetária, podemos tratar a monetarização como o processo de descoberta de significados sociais que, traduzidos monetariamente, elucidam a presença de valores considerados intangíveis, inacessíveis e não observáveis. Essa perspectiva de abordagem da monetarização contribui para a agregação de valor a partir da valoração de bens outrora desconsiderados, superando a visão imediata de que a moeda simplesmente reduz essa significação.

De acordo com Zelizer (1994), Espeland (2001) e Carruthers e Espeland (1998), a experiência de monetarizar impactos permite examinar os significados que caracterizam a circulação da moeda, expressando seu valor social. Essa expressão monetária sintetiza manifestações, condensa informações e permite comparações, desde que realizada com cautela para não induzir simplificações estranhas à natureza dos agentes, organizações e grupos sociais envolvidos. Porém, além do valor de troca identificado em primeira aproximação nesse processo, ele permite apreciar o valor simbólico desde que examinemos as estruturas sociais envolvidas e os mecanismos de atribuição de valor por essas estruturas aos bens avaliados. Zelizer (2000, 2005 e 2007), denominou de *circuitos de troca* às estruturas sociais interativas que se envolvem homogeneamente na vida econômica, diferenciando-se tanto de modelos relacionais de



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

dois indivíduos, como de estruturas organizadas, como as firmas, as instituições e as redes. O conceito de circuito é uma tentativa empírica de identificar vínculos sociais que não sejam estruturados institucionalmente nem modelados, mas reconhecidos na circulação dos valores. Zelizer (2006) os distingue das redes, por agregarem outros significados sociais explícitos àqueles da atividade econômica, e oferece como exemplos os arranjos da circulação de bens, presentes, lembranças e dinheiro entre os imigrantes e seus familiares e amigos habitantes do país de origem; grupos de microcrédito; associações de apoio a mulheres, entre outros. Para reconhecê-los, a autora sugere que se atente para: o conjunto de relações sociais que os organiza; o compartilhamento de atividades ou valores implícitos nessas relações; uma mesma métrica para avaliar suas trocas econômicas; o compartilhamento de significados dessas trocas; uma fronteira que identifica membros e não membros. O reconhecimento desses circuitos de troca garante a apropriação coerente dos significados sociais que podem ser traduzidos no processo de monetarização.

Esse enfoque sugere que sejam examinadas duas questões: em primeiro lugar, sob o aspecto prático, é preciso investigar o modo de produção e gestão desses bens e a natureza das organizações e dos grupos sociais; em segundo lugar, sob o aspecto epistemológico, é necessário examinar a insustentabilidade da imposição ordinária de que o processo avaliativo afasta os julgamentos dos fatos e os valores como elementos contraditórios e excludentes na racionalidade. Na confluência dessas questões reside a possibilidade de esclarecimento das hipóteses necessárias para o arranjo da informação que os bens congregam, em termos da quantidade de moeda que os identifica e da elucidação do problema da monetarização que nos interessa e sua significação. Semelhante abordagem é realizada por Zelizer (1985), ao enfrentar o problema da avaliação do valor da vida das crianças. O título de seu livro, *Pricing the Priceless Child*, indica o paradoxo de reconhecer valor em algo adstrito a outra classe de objetos. A autora reconhece como primeira hipótese que a negação da precificação da vida da criança é uma forma de avaliá-la, atribuindo-lhe um valor *incalculável*. O esforço para a precificação, embora jamais se transacione o bem precificado, tem a capacidade de recompor os padrões, que a sociedade tacitamente assume, e que se revelam nas relações sociais, nas quais comparecem as crianças.

No caso dos projetos sociais, ocorre algo semelhante e a asserção de intangibilidade é uma forma alienada de atribuição de valor, por incalculável que seja, recusando-lhes a possibilidade da medida e da comparatividade, as quais podem elucidar os valores oclusos, ou tacitamente aceitos nos fatos. A monetarização mostra-se, assim, um instrumento de recomposição dos conteúdos valorativos anteriormente alijados pela recusa metodológica de considerar a sua mensuração dos valores, atribuindo-lhes significado apenas descritivo ou acessório. Porém, para ser coerente com esse programa, a monetarização enseja que se estimem as hipóteses aceitas acerca da significação econômica do bem investigado para os indivíduos, grupos sociais e organizações envolvidos no processo. Na base desse raciocínio, está uma concepção acerca da natureza desse bem e da especificidade das organizações que acolhem as iniciativas reprodutoras desses benefícios, envolvendo indivíduos socialmente vinculados e, portanto, realizando a circulação da moeda e dos valores implícitos como meio de informação capaz de conectá-los. O propósito de examinar a monetarização dos benefícios diz respeito, nesse sentido, à identificação dessas articulações nas quais transitam os valores determinados, imprimindo significado aos recursos econômicos envolvidos pelos vários públicos vinculados pelas organizações. É neste sentido que essa abordagem pretende ser fiel ao conceito de *embeddedness* desenvolvido por Granovetter (1985) que está na origem da moderna sociologia econômica ao pretender estimar, com o concurso da sociologia, aspectos precisos da imersão do mundo econômico no mundo social.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

A monetarização do impacto, no sentido aqui delimitado, sugere que examinemos as expressões factuais e valorativas presentes nos problemas abordados nos projetos sociais. As expressões factuais compreendem as mudanças, decorrentes de situações usualmente mensuráveis, por exemplo, da melhoria da renda, da empregabilidade, do conhecimento, do preparo técnico. As expressões valorativas concernem à percepção, ao reconhecimento e à explicitação dos valores humanos considerados como pertinentes, por exemplo, à cidadania, ao convívio, à tolerância, à organização, à coesão social, ao respeito e ao comportamento individual e coletivo.

Monetarizar significa atribuir valor monetário a essas representações do objeto avaliado. É usual atribuir o significado monetário a objetos e bens os quais possam ser transacionados no mercado. É usual também realizar-se um esforço para atribuir significado monetário ao resultado das transformações materiais operadas pelos indivíduos e pelas organizações, simulando relações de mercado, ou examinando perspectivas de gastos ou ganhos futuros a partir das ações presentes. Assim, as intervenções na natureza e os bens escassos podem ser monetarizados, enquanto fontes de recursos ou dispêndios futuros, realizáveis como possibilidades futuras, aceitáveis, como perdas inevitáveis e passíveis de compensação ou possíveis de serem evitados, como fatos previstos e medidas planejadas. Este seria o percurso das metodologias de avaliação contingente (MITCHELL e CARSON, 2005; CHAMP, BOYLE e BROWN, 2003).

Porém, a monetarização de impactos que envolvam a apropriação de valores exige exame criterioso. Pode-se argumentar, por exemplo, que a manifestação de determinado comportamento demande a realização de gastos ou indique a possibilidade de ganhos, porém, a expressão monetária, tomada nesses termos, reflete apenas os custos sociais do objeto examinado e não nos informa acerca do valor socialmente atribuído àquele item, ou à estimativa do quão valioso ele é considerado nos círculos sociais que o envolvem. Esta perspectiva para o estabelecimento do valor atribuído a uma escolha dialoga com a observação de Amartya Sen (1982) acerca da necessidade metodológica de investigarmos valores que não são exclusivamente relacionados ao fato do bem estar representado na escolha, mas dizem respeito à capacidade, ou à liberdade de agir na direção dos seus objetivos – ou às *capabilities* – conceito estabelecido por Sen (1997) e que preside a metodologia de avaliação desenvolvida por Cabral e Muzy (2009), base do esforço de monetarização examinado neste artigo.

A significação monetária pretende, portanto, responder à questão do valor atribuído pelos indivíduos a um determinado impacto e, portanto, se refere à precificação de um bem que excede sua representação mercantil e se apresenta como referência de acesso a um estado no qual os indivíduos fruem um bem público e se conectam por meio de valores considerados relevantes nessa consumação. O impacto identificado por procedimentos metodológicos de avaliação comporta, portanto, no caso desses projetos sociais, uma dupla natureza, que se apresenta como medida de uma mudança operada sobre indicadores de fatos e como medida de uma mudança operada sobre indicadores de valores, expressos em comportamentos que os explicitam.

Esse problema sugere a observância das ponderações de Serva, Dias e Alperstedt (2010) sobre a necessidade da reflexão epistemológica acerca da abordagem combinada e multidisciplinar, que se apresenta, por exemplo, à administração enquanto *arte* integradora de saberes científicos. É nesse sentido que, para a investigação de nosso objeto de estudo – a monetarização do impacto –, pretendemos incorporar os resultados e abordagens da sociologia econômica, as reflexões sobre a gestão das organizações, e os achados das metodologias de avaliação e da economia.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Assim, entre os desafios que se apresentam à Administração como uma ciência social aplicada, está a demanda pela avaliação do impacto de projetos sociais, frequentemente desenvolvidos por organizações sociais, cooperativas, ou por iniciativas informais, em parceria com organizações públicas e privadas. A natureza complementar das parcerias, a intangibilidade e diversidade de benefícios pretendidos e a multiplicidade de públicos interessados apresentam problemas que requerem o exame sociológico das representações sociais dessas iniciativas e dos valores enquanto envoltório estrutural do processo decisório da escolha dos objetivos dos projetos, vinculando resultados expressos por fatos a outros resultados expressos pela comunicação de valores humanos. Esse ambiente peculiar solicita do gestor abordagens específicas que identifiquem essas peculiaridades e promovam alternativas metodológicas capazes de recepcioná-las, bem como aos seus requisitos epistemológicos.

A transposição e adaptação de metodologias avaliativas da área pública ou privada não se mostram suficientes para serem aplicadas, por exemplo, aos projetos executados por organizações do Terceiro Setor. São inúmeras as interrogações, por exemplo, acerca da intangibilidade dos resultados; da multiplicidade de impactos em públicos atingidos; da ausência de grupos de controle e tratamento robustos para estimação do impacto; e da presença de externalidades que enviesam os achados. De modo geral, essas metodologias insistem em valorizar a mensuração de aspectos contábeis dos projetos e intentam apartar as suas fases entre meios e fins, entre causas e efeitos, que não estão no âmbito das capacidades das organizações e dos objetivos da sua gestão, ou, então, usam indicadores sociais insensíveis às escalas locais das iniciativas, as quais quase sempre não alcançam essa generalidade de impacto.

Cabral e Muzy (2009 e 2009b) desenvolveram e aplicaram uma metodologia específica de avaliação de impacto que reflete a natureza singular e híbrida (EVERS, 1995; CABRAL, 2006) desse setor permeado por lógicas do Estado, do mercado e das comunidades, considerando explicitamente os valores humanos transmitidos como componentes do impacto. Essa metodologia associa resultados expressos por indicadores de fatos e metas alcançadas (p. ex. melhoria de renda; aprendizagem; preservação ambiental), a um conjunto de valores (p. ex. participação; respeito; uso e valoração do tempo; confiança) expressos por indicadores de mudanças de atitudes, estimação e percepção de valores. Essa abordagem se fundamenta no tratamento do Terceiro Setor como um espaço público dotado de atributos e considera que os fatos realizados e os valores transmitidos vinculam-se às Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações, as quais designaremos pelo acrônimo ENCIR de acordo com Cabral (2006) e que identificam os públicos constituintes acessados pelos projetos. O conceito de públicos constituintes permite o reconhecimento dos diversos grupos sociais que se diferenciam pelas ENCIR, associando-se em termos dos valores relevantes que os projetos lhes comunicam. Assim, o impacto das iniciativas deve ser abordado como um campo de realizações que impõe à avaliação a consideração de fatos e valores, diferentemente considerados por indivíduos e grupos sociais, presentes como benefícios, e, portanto, demanda a superação dos procedimentos usuais da avaliação, os quais procuram seus achados apenas entre os fatos, representados nas metas realizadas, reportando-se aos valores como ingredientes qualitativos não dotados de objetividade, e, portanto, não observáveis. A metodologia de avaliação proposta por Cabral e Muzy vincula os fatos e os valores, submetendo ambos ao processo avaliativo e recusando-se a medir tão somente os fatos e tratar os valores na condição de elementos descritivos da realidade.

Este debate reporta-nos ao exame da questão epistemológica do lugar nos valores na racionalidade. Putnam denominou de dicotomia Fato/Valor (PUTNAM, 2002) o engano de submeter os valores a uma posição descritiva e abordar os fatos como determinantes exclusivos para a definição e identificação dos estados assumidos em um processo. A prática da avaliação des-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

ses estados, no caso dos projetos desenvolvidos por organizações do Terceiro Setor, oferece um campo experimental fértil para o exame pontual dessas questões e para o teste e a generalização de concepções e procedimentos que permitam inferir de maneira coerente e mensurar de maneira robusta a validade dos vínculos sociais entre os fatos e os valores, pois essas organizações transmitem em seus projetos a hibridização do espaço público de sua atuação, a diversidade de seus públicos constituintes e a vinculação entre fatos alcançados e valores pretendidos no impacto de suas ações.

Um dos aspectos desafiantes dessa metodologia é proporcionado pelo cálculo do impacto, que, agregando fatos e valores como achados avaliativos – como o *evaluative space* construído por Amartya Sen (1997 e 1999) em sua análise da relevância dos valores para o ato da escolha social –, permite que se considere a sua representação econômica enriquecida por essa vinculação e determinada pelas hipóteses necessárias à sua interpretação coerente. Para que a quantificação monetária do impacto, ou monetarização, reflita essa vinculação entre fatos e valores, é preciso admitir hipóteses acerca da comensurabilidade dessas medidas e dos significados de sua expressão monetária.

Valores são princípios e normas que orientam e refletem ações e comportamentos, induzindo-os, justificando-os e manifestando-se neles, assumindo representações sociais simbólicas que os comunicam entre os indivíduos, estabelecendo redes e vínculos sociais. Schwartz (1992), no campo da psicologia, examinou a disposição dos valores humanos em hierarquias em diversas populações e verificou congruências, semelhanças e sobreposição de atitudes que determinam a proximidade ou os polos de aglutinação de uma tipologia motivacional. A aplicação de seus resultados permite, por exemplo, mensurar a base valorativa das decisões individuais e organizacionais (TAMAYO, 2005).

A partir da extensa reflexão da filosofia e das ciências sociais sobre o tema (HABERMAS, 1987; PARSONS 1951; HONNETH, 1995; PUTNAM, 1981 e 2002; RAWLS, 1971; SEN, 2011), a inclusão dos valores nas experiências avaliativas permite identificar os atributos específicos que compõem na construção de indicadores valorativos e que apontamos como: *ponderação; referencial de maximização; e indeterminação de causas e efeitos.*

Como exemplo, tome-se a afirmação: *a temperatura do ambiente é 30 graus centígrados*, incontestável como fato pela mensuração de um termômetro acurado e compare-a com a afirmação *faz calor neste ambiente*, que expressa uma sensação. Quando afirmamos uma expressão numérica para a avaliação da temperatura do ambiente, tratamos de uma informação cujo significado transmite, por se tratar de um número, as noções de cardinalidade e ordinalidade inerentes ao número. A cardinalidade dá conta da quantidade em si envolvida na medida. Por exemplo, o número 30 indica o conjunto que possui 30 elementos. Complementarmente, a ordinalidade indica, neste caso, a propriedade do número 30 ser o trigésimo elemento de uma sequência ordenada.

Quando afirmamos uma expressão valorativa acerca de uma situação, transmitimos o significado da experiência e do campo das possibilidades, inerentes também ao mundo empírico, no caso, referindo-se às diversas intensidades com que se pode aferir a sensação térmica. A *indeterminação de causas e efeitos* indica que não existe nesta afirmação a determinação precisa sobre suas causas ou consequências, pelo contrário, os valores apresentam-se como referências construídas de maneira suficientemente ampla para abrigar uma variedade de possibilidades e incluir também uma variedade de alternativas de sua realização. Essa propriedade é central para os juízos de valor, sugerindo um princípio de causalidade do enunciado, de modo que ele não se compromete com os pressupostos necessários, nem se submete a decorrências determinadas, garantindo sempre a potencialidade da sua aplicação e as possibilidades de suas



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

ocorrências. Em nosso exemplo, a percepção do conforto térmico não resulta de explicações imediatas nem conduz a atitudes únicas, indicando antes de tudo a intensificação de um estado. Como *referencial de maximização*, os valores indicam estados a serem alcançados ou conseguidos dentro das alternativas existentes e construídas empiricamente, o que, no exemplo, pode ser tratado como o padrão de conforto térmico. O *ponderação* é o atributo que garante a possibilidade de composição do valor com outros valores para o estabelecimento da sua efetivação, sugerindo, no exemplo, que a sensação não é determinada e definitiva, mas pode ser vinculada a outros valores para a avaliação do ambiente.

Sob o aspecto teórico, os três atributos se articulam, de modo que a consideração dos valores garante um referencial do exame do campo das possibilidades, das liberdades de realização das ações investigadas, preservando a escolha máxima sobre um acervo de alternativas existentes, resguardando o ingrediente de liberdade do *dever-ser* passível de hierarquização e composição com outros valores de modo variável, convergente e ponderado.

Sob o aspecto prático, as características dos valores dialogam consistentemente com os requisitos apresentados por Sen (1982 e 2000) acerca da relação entre meios e fins, que deve ser observada na avaliação, considerando a possibilidade prática de adequação múltipla e alternativa de meios às finalidades. A possibilidade de maximização é tratada por Sen (1997b) mostrando que as escolhas se dão entre possibilidades reais que refletem as parcelas de informação disponíveis e incompletas, que compõem os estados avaliados a partir da variedade ponderada de outros valores. Assim, enquanto a afirmação factual da temperatura traz a informação parametrizada que caracteriza o ambiente, a afirmação valorativa permite a intensificação e a escolha do melhor conforto que pode ser atendida a partir de várias alternativas implícitas nessa intensificação.

De acordo com Sen, o valor de um bem e o ato de sua escolha não são equivalentes do ponto de vista lógico. Sen (1997) oferece como exemplo a questão: “O que possui valor para mim?” A resposta não será sempre “o que eu escolho”, porque a escolha é feita a partir de um campo de possibilidades realizáveis. Porém se perguntarmos: “O que eu escolho?” a resposta óbvia é: “O que possui valor para mim”. Pois a escolha é feita e supõe a identificação dos valores presentes e ponderados na situação de fato. São os atributos que permitem o ato da escolha: a *ponderação* do valor permite que se ponderem as alternativas e se escolha o que tem valor, intensificado pela possibilidade de sua realização *maximizada*. Portanto, de acordo com a variedade de causas e efeitos, a decisão deve considerar a incerteza. Esses atributos contribuem para o esclarecimento do lugar dos valores na avaliação dos pontos de vista teórico e prático. Ambas as dimensões, teórica e prática, confluem, no caso da avaliação, para a identificação do atributo de *ponderação*, como condutor da prática necessária de composição reflexiva, a partir da variabilidade própria dos estados avaliados, considerando as decisões necessárias com base nas informações parciais e disponíveis.

É importante ressaltar que, no campo do direito, os pesquisadores (MARQUES, 2011) apontam conclusões semelhantes quando refletem acerca da aplicabilidade das normas jurídicas. Por exemplo, Virgílio Afonso da Silva (2003), em seu exame decisivo da distinção entre princípios e regras, aponta as contribuições esclarecedoras de Dworkin (1977), Alexy (1984), Ávila (1999) e Barcellos (2002), que identificam, nos princípios jurídicos, as propriedades de *peso*, *otimização da realização*, *indeterminação de efeitos* e *multiplicidade de meios de realização*, que os diferencia das regras aplicáveis imediatamente. Essa confluência decorre, possivelmente, porque juristas e avaliadores defrontam-se com questões experimentais, semelhantes e polêmicas, para distinguir e incluir os valores como objetos avaliados e como referenciais de avaliação.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Putnam (2002), em sua argumentação para demonstrar o engano propiciado pela dicotomia fato/valor, tomada como tese epistemológica, mostra que existe efetivamente uma distinção entre fato e valor, reconhecida como uma partição ordinária entre aquilo que se constata e aquilo que se estima. Porém, essa distinção não pode ter o condão lógico de produzir uma dicotomia que antagonize epistemologicamente os fatos e os valores como pertinentes a realidades distintas, ou que priorize os juízos de fato e desconsidere os juízos de valor, tomando-os por imponderáveis, ou, ainda, que assuma os juízos de valor como garantia e padrão de algum pretenso valor moral ou teleológico superior para o exame dos fatos.

Recorrendo ao exemplo das afirmações anteriores, *a temperatura do ambiente é 30 graus centígrados, e faz calor neste ambiente*, o que as torna diferentes enquanto expressões de diferentes signos, não pode torná-las antagonicas, porque sua validade só tem sentido se expressa, seja por termômetros ou sensações, construídos, ou experimentados, por seres humanos no exercício de suas finalidades e objetivos. Ao assumir a validade da primeira, porque podem dois indivíduos concordar com o termômetro, não se pode determinar a invalidade da segunda apenas porque esses indivíduos podem discordar sobre sua intensidade. Em primeiro lugar, não existe dicotomia, pois se tratam de juízos baseados em referenciais diferentes acerca de um objeto, no caso, o ambiente; em segundo lugar, porque qualquer prioridade de um juízo seria imposta como tese e não como consequência das afirmações; e, em terceiro lugar, porque não estão em questão definições precisas e excludentes de fato e valor, mas noções parciais e complementares, que agregam conhecimento e informação ao objeto, também dotado de indeterminações e parcialidades.

Assim, Putnam (2002, p. 19) trata essa dicotomia como uma tese que separa inconsistentemente a ética e as matérias de fato, os julgamentos analíticos e os sintéticos, não apenas distinguindo-os, porque são distintos, mas tratando-os como incomensuráveis e sugerindo pretensa neutralidade abstrata, que nada mais é do que a reafirmação recuperada da tese que prioriza um juízo como fonte de racionalidade, considerando-o como prova e juízo simultaneamente. No que concerne à avaliação da qualidade de vida, o mesmo Putnam (2002, p. 46) ressalta a contribuição de Amartya Sen para vincular, no campo da economia, o julgamento do que é *considerado valioso por um indivíduo*, como a expressão factual do resultado dos *estados alcançados* para se estimar o bem-estar. É nesse sentido que as experiências avaliativas de Sen esclarecem a vinculação de fatos e valores e repõem a consideração ética no domínio econômico, estabelecendo para além das consequências da escolha, a liberdade de escolher, como foco do processo avaliativo. Esse raciocínio sobre a pretensa dicotomia fato/valor e a falácia de assumi-la, permitem repor no centro do processo avaliativo, e de acordo com Sen, o conceito de *capabilities*, como as liberdades, ou o conjunto de liberdades, que determina a fruição das funcionalidades.

Seguindo o exemplo acima, pode-se afirmar que é a liberdade de fruir o conforto térmico de um ambiente que unifica as parcelas de informação contidas nas afirmações avaliativas acerca da temperatura de fato e da sensação térmica comparativa, reunindo condições de que o indivíduo se pronuncie sobre fatos e valores. Se formos avaliar o bem-estar do indivíduo por meio do indicador de conforto térmico do ambiente, devemos investigar a sua liberdade de fruição, único sentido da consideração da existência e da apropriação humana do ambiente confortável. Considerar essa liberdade, tecnicamente, é agregar indicadores de fato e de valor, comensurando-os, reconhecendo as hipóteses que permitem essa comensurabilidade e reproduzem a valoração do conforto térmico como estado considerado valioso e assumido pelos indivíduos.

Não há qualquer princípio exclusivo de rigor inerente a quaisquer das afirmações unilateralmente. O risco da admissão da excludência dos juízos é assumir, em um ou outro, o referencial único da racionalidade, recaindo do engano de desconsiderar a parcialidade da informação

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

e assumindo apenas as determinações que emanam de um dos polos como ingredientes de decisão. Nesse sentido, a insistência na dicotomia reflete um processo histórico e cultural, de modo que, ao engano de atribuir significância exclusiva aos fatos, corresponde, no outro extremo, ao engano de considerar os valores em si, como detentores únicos de critérios de realidade.

Por exemplo, a consideração de valores relevantes à época como padrão único da investigação produziu as alegações que vitimaram Galileu Galilei e tinham por suposto que o físico pretendia desenvolver abordagens *quantitativas* acerca de uma pretensa *harmonia* inacessível ao número e alcançada apenas pela via da fé. É fácil encontrar na modernidade exemplos de posturas diametralmente opostas que priorizam aspectos ditos *quantitativos* e reproduzem os mesmos resultados e as mesmas querelas nas quais se degladiam contraposições anacrônicas, como as denominações de ciências humanas e ciências exatas para expressar hierarquias de racionalidade e não apenas meras distinções de objetos e métodos do conhecimento.

No campo das ciências naturais, essas questões estão superadas, por exemplo, com a argumentação de Prigogine e Stenger (1986 e 1988), que identificou na métrica temporal, a possibilidade de reagrupar uma *nova aliança* epistemológica, necessária para dar conta dos fenômenos irreversíveis da natureza nos quais o tratamento probabilístico é a única ferramenta para a investigação. Ainda nas ciências naturais, podemos coletar inúmeros exemplos da vinculação construtiva de fatos e valores. Nesse campo, os valores apresentam-se como conceitos fundamentais, ou núcleos fundamentais, sugeridos pela intuição, pela experiência, ou pela inferência a partir de relações teóricas implícitas. Assim, pode-se identificar em Hermann Weyl, (1952) com o conceito de *simetria*; em Paul Dirac (1963) a concepção de *beleza* para a escolha de uma equação válida; em Wolfgang Pauli (2002) em sua colaboração com Carl Jung no exame do conceito dos *arquétipos* do número e de *sincronicidade*; em Roger Penrose (1976), em sua identificação *estética* dos padrões de partição do espaço bidimensional, que antecipou a descoberta dos quasicristais de Daniel Shechtman; no valor da *simplicidade* como fonte intuitiva para Albert Einstein (1981); em Clifford (1891 e 1999) acerca da *temporalidade*, como fonte da ordem na álgebra; e em Karl Pearson (1900), com o conceito de *variabilidade*, para o tratamento estatístico dos dados.

Porém, persistem nas ciências sociais aplicadas insistentes manifestações da dicotomia fato/valor que exigem esforços de superação, como o empreendido por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi (2010), que coordenaram os debates para a construção de um índice planetário que reagrupasse indicadores de desempenho econômico e progresso social, em substituição a métricas simplistas que consideram apenas o Produto Interno Bruto (PIB) dos países como o indicador relevante da qualidade de vida. No que concerne às aplicações à teoria da avaliação, reproduz-se situação semelhante, possivelmente pelas razões sumarizadas e criticadas na conferência da Universidade do Arizona, Toward a Scientific Analysis of Values, em 1989, (HECHTER, NADEL e MICHOD, 1993) e novamente examinada na conferência da American Evaluation Association (2011) Values and Valuing in Evaluation na forma de quatro *impedimentos*: valores não são observáveis; os valores não explicam os processos que os incluem; não há consenso teórico acerca de como os valores modulam os comportamentos; considerar valores traz problemas para as medidas. Os autores dedicam-se a demonstrar a insustentabilidade desses argumentos, os quais podem ser reduzidos a pressupostos (ou teses, de acordo com Putnam) ou como atestados da necessidade de metodologias e esforços multidisciplinares e práticos para identificar, explorar, mensurar a relevância dos valores. De toda forma, superadas as questões epistemológicas resolvidas por Putnam, as dificuldades metodológicas não podem ser obstáculos para ignorar as determinações teóricas, intuitivas e experimentais.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Assim, o tema da monetarização permite enfrentar, principalmente, os dois últimos preconceitos, percorrendo o caminho inverso ao da argumentação e experimentalmente desconstruindo a moeda do seu pretense valor único e reconhecendo nela, por meio da recuperação dos seus valores, ou da semiótica do seu valor (WENNERLIND, 2001), os significados que ela pode transmitir a partir da incorporação de sua funcionalidade em um campo na qual parece pouco requisitada.

No caso da monetarização do impacto, essa abordagem toma a interrelação entre os fatores econômicos e os valores humanos, para admitir a possibilidade de reconstruir em moeda uma quantificação legítima que estime, apresente e revitalize parcelas ocultas da informação contida nos vínculos sociais. É fundamental ressaltar que essa monetarização não se confunde com qualquer tentativa de precificação mercantil, ou contábil, do impacto, mesmo porque o espaço de fruição do bem público não é o mercado, mas o espaço público, híbrido e intermediário entre o Estado, o mercado e as comunidades, no qual ele é disponibilizado como benefício. Assim, podemos designar, sem perda de generalidade, como valor social, o resultado da incorporação das dimensões comensuráveis de fatos e valores no impacto. Essas dimensões mostram-se historicamente dissociadas (SIMMEL, 1978; ZELIZER, 1985) e sua recomposição deve ser feita sem incorrer no risco da comodificação ou da elaboração de um *cash nexus* que as desumanize. Por outro lado, a monetarização é um esforço pertinente e não exclusivo que agrega significado ao benefício e indica a comparabilidade com os custos sociais, justificando uma perspectiva que valoriza o benefício, por meio de significados inerentes à moeda como construção social. Assim, a monetarização não prescinde de, nem substitui unilateralmente, outras métricas complementares que possam dar conta da significação do impacto, tornando-se instrumento avaliativo, ao lado de outros, útil para a interpretação e comunicação dos benefícios.

III. A comensurabilidade dos valores e o valor do impacto

Essa discussão acerca da superação da dicotomia fato/valor complementa as justificativas apresentadas por Cabral (2012) acerca da metodologia de avaliação específica para os projetos que nos interessam, apresentada por Cabral e Muzy (2009). Nesses artigos, encontramos aplicações experimentais e a metodologia de apuração de valores, desenvolvimento de indicadores que incorporam descrições valorativas e factuais e, seguindo preceitos de comensurabilidade da informação, a criação de índices e o cálculo de impacto desses projetos.

O projeto Portas Abertas, de apoio a jovens em situação de risco, é desenvolvido pela Fundação Guimarães Rosa (FGR) de Belo Horizonte (MG). A FGR acessa recursos sociais diversos e pretende disseminar valores de respeito, uso do tempo, disciplina, entre outros, realizando ações educativas e esportivas após o horário escolar, utilizando instalações públicas compartilhadas com a Polícia Militar. A organização tem por hipótese que seus valores institucionais garantem o afastamento do risco social e ocupação do tempo ocioso com atividades educacionais e esportivas. Sua principal fonte de apoio é a Polícia Militar, cujos equipamentos e instalações, em um quartel urbano, são usados para integrar os jovens em risco com agentes públicos interessados nessa aproximação. O projeto ocorre há cinco anos, atende a aproximadamente 200 indivíduos e conta com apoio e doações de empresas e pessoas físicas, além das contribuições dos instituidores e da Polícia Militar. Não há aporte de recursos financeiros públicos.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

A avaliação de impacto do projeto (CABRAL e MUZY, 2010) seguiu a metodologia de Cabral e Muzy, com a construção do Mapa de Bens Públicos (MBP) (CABRAL, 2012) para a identificação dos valores e fatos a serem incorporados nos indicadores. Questionários aplicados aos grupos de tratamento e controle aleatório, do público-alvo e suas famílias, permitiram a criação de índices compostos, inclusive para o cálculo do impacto. Um sistema de informações e tratamento estatístico proporcionou o monitoramento dos grupos. A avaliação de impacto examinou um conjunto de 27 indicadores do público-alvo beneficiário (frequência escolar; rendimento escolar; valores da educação; valores institucionais; imagem das instituições; confiança na família; capacidade de sustentabilidade da família; ocupação do tempo; uso negativo do tempo; uso positivo do tempo; capacidade de comprometimento de renda; valores de acesso; participação, valores de cultura pública; qualidade do entorno social; uso de drogas lícitas; uso do corpo; percepção da segurança do jovem; percepção da segurança da família; gravidez adolescente; violência na família; estabilidade da família; conflito com a ordem), que, submetidos à análise de componentes principais, resultou em um índice composto por sete dimensões (valores do jovem; valores da família; educação; controle e defesa social; estabilidade familiar; sustentação econômica; imagem institucional). A análise do impacto mostrou que o grupo de tratamento melhora em 8,33% sua proteção ao risco social, em relação a um grupo de controle aleatório. É esse impacto que se pretende monetarizar, considerando-o como expressão da realização da missão institucional encampada pelo projeto, no qual coexistem fatos e valores, contemplados pelos indicadores e apurados nos índices. É nesse cálculo do impacto que reside a apropriação comensurada dos indicadores de fatos e indicadores de valores propostos na investigação empírica.

Sob a perspectiva da monetarização, esse impacto reflete a criação de *valor social*, a partir do *custo social* da produção do bem público *proteção social*. O custo é um conceito exclusivamente contábil, que agrega os esforços diretamente e indiretamente ligados ao bem, porém, o *valor social* se realiza na fruição pelos públicos constituintes do bem público disponibilizado. Portanto, monitorizá-lo é estimar monetariamente quão valioso esse conjunto confluyente de fatos e valores pode significar, atribuindo-lhe expressões que, se pretende, esclareçam as relações econômicas que estavam postas no custo e que se manifestam em termos de moeda.

A estimativa do custo social do projeto Portas Abertas pode ser aferida da apropriação contábil dos custos que incidem sobre os diversos públicos, a partir do elenco das despesas realizadas pelo projeto. Foram computados (CABRAL E MUZY, 2011) todos os custos diretos, indiretos, de oportunidade, permitindo o inventário de doações, trabalho voluntário e ativos imobilizados, custos administrativos e parcelas de tempo dedicadas ao projeto. Esses custos comprometeram os seguintes públicos constituintes: a FGR; o Batalhão da Polícia Militar onde se realizam as atividades; os doadores de bens em dinheiro; doadores de bens em espécie; voluntários com contribuição em tempo de dedicação. Esse custo social, em valores de julho de 2011, está estimado em R\$ 1.519.562,00, dos quais apenas R\$ 257.406,00 eram, anteriormente à avaliação, reconhecidos como despesas orçamentárias do projeto, efetivamente gastos e contemplados no planejamento da FGR, excluindo, portanto, todas as contribuições indiretas, voluntárias, de oportunidade, etc. Os restantes R\$1.262.156,00 foram alcançados considerando a apropriação completa descrita acima.

Para se estimar o valor econômico associado ao bem público produzido, a primeira previsão necessária é aquela do valor econômico da proteção social, em termos compensatórios, considerando o custo para a sociedade da incidência no risco social que ela pretende superar com a proteção oferecida. Para realizá-la, baseamo-nos na pesquisa *Jovens em Risco no Brasil*, do Banco Mundial (2003), que oferece uma estimativa multidimensional do custo do risco social que pode ser utilizada para monetarizar o benefício. De acordo com esse estudo, que se afirma



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

conservador em suas estimativas, o comportamento de risco induz custos sociais para a família, que socorre o indivíduo; para o Estado, que previne o risco e pune o indivíduo; e para o indivíduo, que deixa de ser remunerado convenientemente. São considerados custos relativos aos seguintes comportamentos de risco: abandono da escola; desemprego; gravidez de adolescentes; HIV/DST; abuso de álcool; abuso de drogas; e crime e violência. O estudo propõe alternativas e critérios para estimar os valores econômicos correspondentes, em função do impacto privado ou público do custo, que permitem inferir custo do risco social por indivíduo de até R\$ 1.836.772,00, a valores de julho de 2011. Escolhemos uma medida mais conservadora ainda, computando apenas os custos públicos com abandono escolar, desemprego, HIV e crime, e custos privados, com abandono da escola, desemprego, gravidez, abuso de álcool e drogas. Excluímos os custos privados com crime e violência e com HIV/DST, pois são os que o estudo aponta mais fragilidade dos dados disponíveis; sua apropriação exige maior número e abrangência de hipóteses; a população atingida pelo projeto, na eventualidade da evidência de HIV/DST, deve recorrer ao poder público e não necessariamente arcar com esses valores; e os custos privados com crime e violência envolvem o cálculo do valor da vida, para o qual, naquela situação, não temos dados disponíveis de comparação. Portanto, a monetarização investigada se vale principalmente de parâmetros de custo associados ao custo social assumido pelo setor público e pelo custo privado do comportamento de risco no que diz respeito à escola, ao emprego, à gravidez, ao uso de álcool e drogas, como hipóteses que podem ser suportadas por nossos dados.

Considerando essas últimas dimensões com incidências pública e privada de custos, utilizaremos o valor de R\$ 458.323,00 (valores de julho de 2011) como total do risco social incidente por indivíduo e como parâmetro para orientar a monetarização do benefício social criado pelo projeto.

O valor econômico do impacto pode ser obtido considerando que a melhoria de 8,33% na proteção social dos indivíduos permite apropriar economicamente a mesma porcentagem de 8,33% do valor risco social, como um valor que a sociedade tem expectativa de deixar de gastar, em virtude do afastamento das condições valorativas do risco. O estudo do Banco Mundial apresenta o valor do risco social correspondente a um indivíduo, portanto, esse percentual apropriado por indivíduo deve ser estimado para o conjunto que recebeu o benefício. Trata-se, então, de calcular o produto de três fatores: o *impacto social* do projeto (8,33%), que aporta a contribuição comensurada das medidas de fatos e de valores; o *valor do risco individual* (fornecido pelo estudo do Banco Mundial e igual a R\$ 458.323,00) que aporta a contribuição do significado econômico, no caso compensatório; e o *indicador de escala*, dado pelo número de beneficiários impactados, que aporta a mensuração da escala do projeto.

A quantificação de beneficiários é sempre um ponto crítico das avaliações, seja por deficiência de registros seja por critério para eleição, ou exclusão dos indivíduos que participam da apropriação do benefício, seja pela indeterminação de prazos, tempos de permanências, nível de recepção do benefício, entre outros fatores próprios da gestão. O valor econômico reflete a escala local desses projetos, que os diferenciam singularmente das avaliações de políticas públicas, que atingem escalas regionais ou nacionais e podem ser tratadas como universais, nesse sentido, demandando outras formas de avaliação. No caso do projeto investigado, devemos refletir sobre o fato de não se apresentar um período fixo para a formação do beneficiário, tratando sua participação em função de pertinência à faixa etária atendida e demandando outra abordagem. Para a estimativa do conjunto de beneficiados, pode-se escolher entre duas alternativas, definidas a partir da interpretação do valor médio do impacto apurado. Como o impacto de 8,33% foi apurado considerando o valor médio alcançado pelo grupo do projeto, pode-se tratar esse valor médio como uma meta, um padrão a ser atingido pelos indivíduos;

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

ou, de outra forma, considerá-lo como propriedade estatística do grupo estudado. Em cada caso, a metodologia nos leva a fazer escolhas acerca da interpretação social do valor do benefício.

No primeiro caso, a abordagem é mais conservadora, pois apenas indivíduos que superarem esse padrão deveriam ser considerados para estimar o valor social do benefício. Esta seria uma visão mais gerencial do projeto, válida para propor metas, fortalecer escolhas e argumentos decisórios ao gestor. Ela se fundamenta em uma concepção individualizada do benefício que considera o cálculo do impacto para cada membro do grupo como um processo de monitoramento de seu desenvolvimento individual. Seguindo esta premissa, somos obrigados a considerar, para o cálculo do número de beneficiários, 79 dos 147 indivíduos beneficiados que estão acima da média, o que equivale a pouco mais da metade do grupo. Para o segundo caso, a estimativa é mais arrojada, pois trata o benefício como uma propriedade do grupo e que se realiza para todos os indivíduos, indistintamente. Assume-se, nesse caso, uma visão que prioriza os aspectos sociais da participação e da coesão do grupo. Ela se fundamenta em uma concepção coletiva do benefício garantida no significado matemático da média como grandeza estatística descritiva do grupo investigado. Seguindo essa premissa, podemos considerar os 147 indivíduos como a totalidade do grupo que se beneficia do projeto.

A argumentação usada em cada caso constrói os limites, respectivamente inferior e superior, da monetarização do benefício, que atinge, no primeiro caso, 79 indivíduos e no segundo caso a totalidade, ou 147 indivíduos. No caso do limite inferior, a argumentação é fundada no indivíduo e na gestão do projeto; no caso do limite superior, a argumentação é fundamentada na coletividade e na interpretação matemática do conceito de média. A Tabela 1 apresenta os resultados monetários desses dados e que são habitualmente estabelecidos nas avaliações de impacto a partir de metodologias disponíveis de análise financeira de projetos (CONTADOR, 1997; WORTHEN, 2004). Vale lembrar que, na metodologia que apresentamos, a estimativa do impacto envolve a agregação de indicadores factuais e valorativos, exigindo uma interpretação apropriada dos resultados.

Tabela 1: Monetização do impacto dos benefícios (R\$ de 2011)

| | | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Impacto | 8,33% | |
| Custo Social | R\$ 1.519.562,00 | |
| Valor do Risco Social | R\$ 458.323,00 | |
| Alternativa | Gestão | Social |
| Número de Beneficiários | 79 | 147 |
| Valor do Impacto | R\$ 3.005.223,00 | R\$ 5.591.998,00 |
| Taxa de Retorno | 99% | 269% |
| Retorno por R\$1,00 acessado pela FGR | R\$ 1,99 | R\$ 3,69 |
| Custo Social por Indivíduo Impactado | R\$ 19.234,00 | R\$ 10.337,00 |
| Valor do Impacto Individual | R\$ 38.040,00 | |

A leitura dos dados, com os significados implícitos apontados, permite afirmar que o projeto causa um impacto econômico equivalente a R\$ 38.040,00, na vida dos participantes, afastando-



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

os em 8,33% do risco social suposto. Sob a perspectiva da gestão de uma meta, esse impacto pode ser realizado a um custo individual de R\$ 19.234,00, com um retorno de 99%, em cinco anos. Sob a perspectiva do grupo atendido, o impacto pode ser conseguido a um custo menor, de R\$ 10.337,00, com um retorno de 269%, no mesmo período. Considerando uma taxa de desconto de 5% ao ano (VALENTIN e PRADO, 2008) para comparar os períodos de execução do projeto, pode-se afirmar que, considerado como um bem público, o projeto apresenta um *valor social líquido*, análogo ao conceito contábil de *valor presente líquido*, equivalente a R\$1.497.530,00.

Vale agora fazer uma digressão acerca de outros cálculos que os dados suscitam. A partir do uso do valor social do risco fornecido pelo estudo do Banco Mundial e à medida que se aprofunda na realização desses cálculos, ingressa-se em um ambiente hipotético que exige cautela para ser interpretado. A interpretação dos cálculos contábeis, ainda que permitidos pela existência dos dados monetários, não pode ser feita imediatamente sem o concurso, por exemplo, dos esclarecimentos que a reflexão sociológica permite. Nesse sentido, é importante ressaltar que a taxa de retorno econômico, de 99% no período de vida do projeto, indica a razão, ou parcela de valor, magnitude, ou quantidade da representação em moeda que retorna da aplicação social através do projeto. Assim, ela permite conjecturar que a cada real aplicado no projeto, a sociedade se beneficia de uma suspensão mínima de gasto da ordem de R\$ 1,99. Outras medidas podem ser desenvolvidas. Por exemplo, o cálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR), ou taxa de juros retornados pelo projeto, que mede a eficiência, ou a qualidade da aplicação, e pode servir para comparações entre outros projetos. Tecnicamente, a TIR é dada pela taxa anual de juros retornados pelo projeto e mensura a produção de valor que pode ser fruída, aproveitada no investimento de um capital. Ela considera despesas e receitas anualizadas e indica a taxa de juros que produz um valor presente líquido nulo, igualando os custos e os benefícios. Valores expressivos de TIR, superiores aos juros de mercado, indicam que o investimento adiciona valor ao empreendimento, o que tem correspondência conceitual com os aspectos metodológicos que assumimos. Cercando-nos de cuidados interpretativos evidentes, é possível realizar o exercício de cálculo da TIR para a abordagem mais conservadora (79 beneficiários) do projeto, obtendo uma taxa de juros de 71% ao ano. A expressividade desse valor deve ser comparada com estudos econômicos de projeto que têm como benefício a geração de emprego, ou a melhoria salarial de jovens e atingem TIR da ordem de 17%. Outros estudos, que envolvem desenvolvimento de comunidades e apropriam, além da geração de renda, medidas de comportamento e de benefícios sociais mais abrangentes, apontam TIR da ordem de 95% em 2 anos.

Assim, a medida quantitativa do retorno econômico é dada pela taxa de retorno e, a medida qualitativa, pela taxa de juros. Porém, é preciso ter claro que, para o cálculo dos custos e para a valorização dos benefícios do projeto, agrega-se a contribuição de custos sociais e de mudança na percepção de valores. Nesse sentido, o juro calculado é a taxa de reprodução desses valores e bens públicos e não uma taxa de juros do capital, como a nomenclatura pode deixar parecer. Esses números requerem cautela para sua abordagem, pois trata-se de quantificar expressões da vida social e não de bens de mercado, sujeitos a outras preferências. Eles servem como referências comparativas e especulativas, sujeitas às hipóteses aventadas e que indicam linhas de interpretação os indicadores sociais em sua apreensão de valores sociais e fatos, sem pretender que um ou outro retenha alguma forma de definição soberana da realidade. Por exemplo, a apropriação do retorno econômico (quantitativo), ou a criação de valor (qualitativo), é um fato social que supõe prioritariamente escolhas e desenvolvimento de outras sociabilidades, e não um fato mercantil que empodera, prioritariamente, o grupo que absorve o recurso e trata suas consequências sociais apenas como externalidades.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Com relação à percepção do fluxo dos valores monetários pelos indivíduos, o exame da disponibilidade de comprometimento de renda dos beneficiários com o projeto indicou que, para uma renda média de R\$ 826,00, as famílias beneficiárias estão dispostas a empenhar, em média, o valor mensal de R\$ 38,00, ou de R\$ 456,00, anualmente para participar do projeto, comprometendo até 4,60% de sua renda média. Esse comprometimento é equivalente à meta-de do empenho de renda média com transporte urbano nos grandes centros para um indivíduo nessa faixa de rendimento.

Os diversos valores monetários apresentados na Tabela 1 movimentam-se em três circuitos de troca, *circuito organizacional*, *circuito dos doadores* e *circuito dos beneficiários*, que podem ser identificados, a partir de entrevistas, de exame documental quando pertinente, e da interpretação dos indicadores colhidos nos questionários considerando-se os públicos constituintes do projeto em análise. Em cada um destes circuitos, materializam-se as expressões da moeda: a primeira, que podemos denominar *factual*, está associada ao fluxo de moeda trocada no processo; a segunda, que denominamos *simbólica*, está associada à significação social da moeda. Constituem-se, portanto, duas métricas distintas. A primeira, reconhecida pelo grupo e estimada como o valor imediato associado à sua intervenção no projeto, indica a realização econômica percebida como desembolso, ou troca, fungível no ato que organiza aquele grupo. A segunda, indicada pela monetarização, leva em conta a ampliação proporcionada pela consideração dos valores, desvenda e atribui significado ao conjunto dos públicos e se realiza na expressão de suas respectivas Encir. Assim, encontramos:

1. O *circuito organizacional* está constituído pela organização (FGR) que empreende o projeto e articula com seus parceiros organizacionais imediatos (Polícia Militar e organizações parceiras) a sua operação. Neste circuito, os indivíduos reconhecem, como a primeira métrica, o valor orçado de R\$257.406,00 e sobre ele apontam suas realizações, comunicam o seu trabalho e reconhecem explicitamente sua intervenção social e seus papéis. Esse valor imediato, associado ao projeto, pode ser tratado como a parte visível, contábil, orçamentária e desembolsada apenas pelas organizações, sem a consideração dos custos indiretos, de oportunidade e tampouco dos custos que incidem sobre outros públicos. A segunda métrica, exposta pela monetarização, indica o valor do custo social de R\$1.519.562,00, realizado com o concurso da capacidade organizacional de acesso da organização instituidora na sociedade. Esse valor parametriza o custo da transação social desenvolvida pela organização na execução do projeto.
2. O *circuito dos doadores* é constituído pelos indivíduos que doam tempo (voluntários), dinheiro ou bens materiais. Esses indivíduos estão vinculados episodicamente ao processo pelo ato de doação e desconectados entre si, de modo que reconhecem uma primeira métrica igualmente visível, no valor de R\$ 81.431,00, na totalidade dos valores doados. A segunda métrica projeta o valor do risco social de R\$ 458.323,00, como a estimativa compensatória da ausência de ação social discutida acima e projetada socialmente.
3. O *circuito dos beneficiários* é constituído pelos participantes e suas famílias, atingidos pelo impacto do projeto. A primeira métrica percebida pelo grupo é sugerida pela disposição de pagar pelo benefício e indica um valor anual de R\$ 456,00. A segunda mé-

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

trica está expressa no valor do impacto monetarizado de R\$ 38.040,00 anuais, por indivíduo.

No circuito organizacional, os valores apurados concebidos como moeda, mas refletem a natureza híbrida das organizações sociais, associando fatos e valores para a composição do custo social sobre os esforços dos públicos constituintes. No circuito social dos doadores, os valores encontrados circulam como moeda e como expectativa, significando o campo das possibilidades de realização, doação, responsabilidade social e também de alternativas ao risco social e suas consequências. No circuito dos beneficiários, os valores apurados circulam somente como valores e atitudes potenciais, como realização do impacto, o qual não envolve o trânsito de moeda, mas pode ser apreendido, mensurado e comunicado na face simbólica da monetarização. A interpretação dos resultados monetarizados confirma as observações de Espeland e Stevens (1998) de que a monetarização não é mera técnica, mas um exercício de significado importante na vida social dos públicos constituintes que permite a explicitação de resultados intangíveis, a comparação de alternativas e a atribuição de novos significados simbólicos que valorizam os objetivos dos projetos.

IV. Conclusão

A inclusão dos valores entre os atributos objetivamente contemplados nas avaliações de projetos de organizações de interesse público permite superar a dicotomia fato/valor e o impacto estimado incorpora, na monetarização dos benefícios, a possibilidade de investigar as sociabilidades vinculadas à circulação da moeda, aos seus significados sociais e à sua simbologia. As quatro hipóteses de monetarização que assumimos podem assim ser enunciadas como:

A. *Hipóteses experimentais*, que tratam das organizações e do cálculo dos custos.

H1 – A *hipótese sobre as institucionais* assume a natureza peculiar e híbrida das organizações que atuam no espaço público. As organizações de interesse público operam em condições locais, com metas e objetivos que envolvem a reprodução de valores humanos e a produção de resultados, atendendo às expectativas, necessidades, capacidades, aos interesses e às representações dos seus públicos constituintes.

H2 – A *hipótese sobre os custos sociais* assume que os custos desses projetos contemplam contribuições de todos os públicos constituintes e se expressam como os valores disponibilizados pelas organizações nas formas diretas, indiretas, de oportunidade, orçamentárias, imobilizadas e voluntárias para a viabilização dos projetos.

B. *Hipóteses de interpretação* que tratam da comensurabilidade dos indicadores e do significado social do benefício.

H3. A *hipótese de comensurabilidade* assume que os indicadores de fato e os indicadores de valor expressam objetivamente mudanças mensuráveis referentes aos impactos pretendidos

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

pelos projetos e garantidas respectivamente pelos atributos de cardinalidade e ordinalidade; e ponderação, referencial de maximização, e indeterminação de causas e efeitos.

H4. A *hipótese sobre o significado social dos benefícios* assume que o processo de monetarização identifica os fatos e valores vinculados aos processos sociais avaliados, ampliando o significado do valor monetário do impacto.

As reflexões propostas acerca do processo de monetarização e seus significados pretendem contribuir para a identificação e comunicação de valores humanos e das sociabilidades decorrentes de seu apreço e presentes nos processos monetarizados. É razoável supor que se os valores puderem ser ponderados e tomados em consideração nos processos avaliativos complementarmente, como parcela de informação ao lado dos indicadores de fato, como variáveis objetivas, contribuiremos para a superação das imposições da dicotomia fato/valor, qualquer que sejam suas tendências e consequências.

Retornando ao início deste artigo, às possibilidades de ruptura social, aos seus custos e às perplexidades cometidas em nome da globalização, lembramo-nos das palavras de Milton Friedman (1953). Em sua defesa de pretensa positividade da economia em detrimento dos questões valorativas, o autor afirmava que, acerca dos juízos de valor e de suas diferenças, só restava aos homens a alternativa da luta. Pretendemos contribuir para que essas previsões sombrias sobre a inevitabilidade e a legitimidade da conflagração e da irracionalidade não se realizem e que fatos e valores possam ser incorporados na racionalidade como elementos comensuráveis comunicados na dualidade imanente às faces complementares da moeda, aos seus significados e simbolismos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre deus e o diabo: mercado e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, 16-2, 35-64, 2004.

ALEXY, Robert. **Theorie der grundrechte**. Frankfurt, Suhrkamp, 1994.

ALPHA BANK. **Mith and coinage**: representations, symbolism and interpretations from the Greek mytholog., Athens, 2011.

AMERICAN EVALUATION ASSOCIATION. **Evaluation 2011**: values and valuing in evaluation. Anaheim, CA, USA, novembro de 2011. Excertos. Disponível em: <www.eval.org>. Acesso em: 10 set. 2011.

ARROW, Kenneth J. Invaluable goods. **Journal of Economic Literature**, XXXV, 757-765, 1997.

ÁVILA, Humberto B. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade, **Revista de Direito Administrativo**, 215, 151-179, 1999.

BAKER, Wayne e JIMERSON, Jason B. The sociology of money. **The American Behavioral Scientist**, 35-6, 678-693, 1992.

BANCO MUNDIAL. **Jovens em risco no Brasil**. Relatório 32310-BR, 2003. Disponível em: <<http://sitesources.worldbank.org>>. Acesso em: 10 out. 2011.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

BARCELLOS, Ana P. de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BEN-NER, Avner; PUTTERNAM, Louis. **Economics, values and organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CABRAL, Eloisa H. de S. **Terceiro setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. Aceito para publicação. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

_____; MUZY, Paulo de T. Improving public culture through the evaluation of outcomes and values in social enterprises. Trento, II EMES INTERNATIONAL CONFERENCE SELECTED PAPERS, 2009. Disponível em: <http://www.euricse.eu/sites/euricse.eu/files/db_uploads/documents/1254842008_n194.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. Avaliação no espaço público: o desenvolvimento da cultura pública através da avaliação de valores e resultados em organizações sociais. SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DO RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD (*background-paper*), 2010, Brasília. Disponível em: <http://www.mostreseuvalor.org.br/publicacoes/arquivos/Paper_PNUD_pteh.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011

_____. **Relatório de avaliação econômica e de impacto do projeto Portas Abertas**. Belo Horizonte: Fundação Guimarães Rosa, 2011.

CARRUTHERS, Bruce; ARIOVICH, Laura. **Money and credit**. Malden: Polity, 2010.

CARRUTHERS, Bruce; KIM, Jeong-Chul. The sociology of finance. **Annual Review of Sociology**, 37, 239-259 (2011)

_____; ESPELAND, Wendy. Money, meaning and morality. **The American Behavioral Scientist**, 41(10): 1384-1408, 1998.

CHAMP, Patrícia A.; BOYLE, Kevin; BROWN, Thomas (Eds.). **A primer on nonmarket valuation**. Boston: Kluwer, 2003

CLIFFORD, Willian C. **The ethics of belief and other essays**. New York, Prometheus, 1999. Publicação original de 1877.

_____. **The common sense of the exact science**. New York, D.: Appleton and Co. 1891.

COASE, Ronald. The concept of social cost. **Journal of Law and Economics**, 3, 1-44, 1960.

CONTADOR, Claudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. São Paulo: Atlas, 1997.

DIRAC, Paul M. A. The evolution of physicist's picture of nature. **Scientific American**, 208-5, 45-53, 1963.

DOYLE, Kenneth. Introduction, In: Special Number – Money and Behavioral Science, **The American Behavioral Scientist**, 35-6, 1992.

DWORKIN, Ronald. **Taking rights seriously**. Cambridge, Harvard University Press, 1977.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ESPELAND, Wendy. Value matters. **Economic and Political Weekly**, 36(21) 1839-1845, 2001.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

EPELAND, Wendy; STEVENS, Mitchell. Commensuration as a social process. **Annu. Rev.Sociol.**24: 313-343, 1998.

EVERS, Adalbert. Part of the welfare mix: the third sector as an intermediate area. **Voluntas**, 6(2),159-182, New York, 1995.

FERGUSON, Niall. **The ascent of money**. New York: Pergamon Press, 2008.

FLIGSTEIN, Neil. **The architecture of markets**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

_____; DAUTER, Luke. The sociology of markets. **Annual Review of Sociology**, 33, 105-128, 2007.

FRIEDMAN, Daniel. **Morals and markets**. New York: Palgrave, 2008.

FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: FRIEDMAN, M. (Ed.) **Essays in positive economics**. 3-43, Chicago: University of Chicago Press, 1953.

GANSSMANN, Heiner. Money – a symbolically generalized medium of communication? **Economy and Society**, 17(3) 287-316, 1998.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, 91, 481-510, 1985.

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action**. Cambridge: Polity Press, 1987.

HECHTER, Michel; NADEL, Lynn e MICHOD, Richard (Eds.) **The origin of values**. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

HONNETH, Alex. **The Struggle for Recognition**. The Moral Grammar of Social Conflicts. Cambridge: Polity Press, 1995.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Choices, values, and frames. **American Psychologist**, 39(4) 341-350, 1984.

_____; KNETSCH, Jack. Valuing public goods: the purchase of moral satisfaction. **Journal of Environmental Economics and Management**, 22 57-70, 1992.

LIETAER, Bernard. **The future of money**. London, Century, 2002.

_____; HALLSMITH, Gwendolyn. **Creating Wealth**: growing local economies with local currencies. Gabriola, New Society Publishers, 2012.

MARQUES, Eric M. **Comunicação privada**, 2011.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Redes e Sociologia Econômica**, São Carlos: Edufscar, 2009.

MITCHELL, Robert; CARSON, Richard. **Using surveys to value public goods**. Washington: Resources for the Future, 2005.

MONDADORE, Ana P. C. et al. (Orgs.) **Sociologia econômica e das finanças**. Edição dos autores, 2009.

NEE, Victor. Norms and networks in economic and organizational performance. **American Economical Review**, 88(2), 85-89, 1988.

NORTH, Douglass. Markets and other allocation systems in history: the challenge of Karl Polanyi. **Journal of European Economic History**, 6, 703-716, 1977.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

OSTROM, Elinor; WALKER, James (Eds.) **Trust and reciprocity**. New York: Russell Sage Foundation, 2002.

PARSONS, Talcott; SHILS, Edward. **Toward a general theory of action**. Cambridge: Harvard University Press, 1951.

PEARSON, Karl. **The grammar of science**. London: Adam and Charles Black, 1900.

PENROSE, Roger. The role of aesthetics in pure and applied mathematical research. **Bull. Of the Inst. Of Math. And its Appl.** 8, 9-10, 1976.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1994.

PORTES, Alejandro. **Economic sociology: a systematic inquiry**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **La nouvelle alliance**. Paris: Gallimard, 1986.

_____. **Entre le temps et l'éternité**. Paris: Fayard, 1988.

PUTNAM, Hilary. **The collapse of the fact/value dichotomy**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

_____. **Reason, truth, and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

RAWLS, John. **A theory of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

SCHUMPETER, Joseph. On the concept of social value. **Quarterly Journal of Economics**, 23(2), 213-232, 1909.

SCHWARTZ, Gilson. **O capital em jogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SEN, Amartya. **Choice, welfare and measurement**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

_____. Quality of life and economic evaluation. **Academia Sinica Economic Papers**, 25, n.3, 1997.

_____. Maximization and the act of choice. **Econometrica**, 65-4 745-779, 1997b.

_____. Consequential evaluation and practical reason. **The Journal of Philosophy**, 97-9, 477-502, 2000.

_____. The possibility of social choice. Nobel Lecture. **The American Economic Review**, v. 89-3, 349-378, 1999.

_____. **A ideia de justiça**. Lisboa, Almedina, 2011.

SERVA, Maurício; DIAS, Taisa; ALPERSTEDT, Graziela D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, 50 (3), 276-287, 2010.

SILVA, Virgílio A. da. Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção, **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais**, 1, 607-630, 2003.

SIMMEL. **The philosophy of money**. New York, Routledge, 1978.

SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. **The handbook of economic sociology**. New York: Russel Sage, 2005.

STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. Direction Générale du Trésor

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

et de la Politique Économique de la République Française, Paris, 2010. Disponível em: <www.stiglitz-sen-fitoussi.fr>. Acesso em: 20 out. 2011.

VALENTIM, João; PRADO, Jose M. **Social Discount Rates**. Reports of IMT Lucca Institute for Advanced Studies, 2008. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1113323>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

VINHA, Valéria. **Polanyi e a nova sociologia econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness)** *Econômica*, v. 3- 2, 207-230, 2001.

WENNERLIND, Carl. Money talks, but what is it saying? Semiotics of money and social control. *Journal of Economic Issues*, XXXV (3), 557-574, 2001.

WYL, Hermann. **Symmetry**, Princeton: Princeton University Press, 1952

WHITE, Harrison C. **Identity and Control**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

WILLIAMSON, Oliver. **Markets and hierarchies: antitrust implications**. New York: Free Press, 1975.

WORTHEN, Blaine, et.al. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Gente, 2004.

ZAK, Paul (Ed). **Moral markets**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

ZELIZER, Viviana. **Pricing the priceless child: the changing social value of children**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

_____. The social meaning of money. Basic Books, 1994.

_____. How and why do we care about circuits? **Accounts** (Newsletter of the Economic Sociology Section of the American Sociological Association) 1, 3-5 2000.

ZELIZER, Viviana. **The purchase of intimacy**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. Circuits of economic life. **Accounts** (Newsletter of the Economic Sociology Section of the American Sociological Association) 8(1), 30-35 2006.

_____. Monétisation et la vie sociale. **Le Portique**, 19, 2-11, 2007. Disponível em: <<http://leportique.revues.org/index1131.html>>. Acesso em: 30 out. 2011.